

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2007

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE, do Estado de Santa Catarina, com endereço à Rua José Fabro, 01, inscrito no CGC/MF sob No 95.990.115/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - **SR. ELI MARIOTT**, doravante denominado **MUNICIPIO**.

CONTRATADO: MGM AUDITORIA & CONSULTORIA SC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.612.800/0001-26, situada à Rua Olavo Bilac, 90, Sala 303, na Cidade de Xanxerê, SC, neste ato representada pelo seu Sócio Diretor, Sr. **Genuor Luiz Marquetti**, doravante denominada **CONTRATADA**.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato, consiste na realização de serviços especializados para execução de revisão de dados necessários para apuração do valor adicionado para formação do índice de participação do município na arrecadação do ICMS, para distribuição das quotas em 2.008.

CLAUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1.O presente Contrato , celebrado com fundamento na Lei 8.666/93 e no que dispõe ainda o Processo Licitatório 23/2007 – Dispensa de Licitação nº 11/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

3.1.O objeto deste contrato será efetuado mediante estudos e análises dos documentos existentes no Município e demais procedimentos efetuados pelas empresas localizadas no Município, com posterior orientações e encaminhamentos necessários para a adequação dos procedimentos aos servidores do Município, contadores e demais pessoas que seja necessário. Estas orientações poderão ser verbais ou escritas, pareceres, explanações em reuniões e encaminhamentos necessários.

3.2.As dúvidas, questionamentos, consultas e demais solicitações de serviços, poderão ser efetuadas de forma verbal ou escrita, pessoalmente nas dependências da Prefeitura ou na sede da Contratada, através do telefone, fax, e-mail, correio, que após o estudo e análise por parte dos profissionais da Contratada, serão respondidos de forma verbal ou escrita, conforme for solicitado ou exigir a importância do assunto, sempre de maneira fundamentada, podendo para tanto, utilizar-se dos mesmos meios de comunicação já citados.

3.3.O(s) profissional(is) da Contratada, deverá(ão) prestar orientações nas dependências da Prefeitura em um tempo necessário ao bom andamento das atividades, conforme vier a ser solicitado pelo Contratante. Sendo que os demais serviços poderão ser efetuados a distância, nas dependências da Contratada.

3.4.Os pareceres e demais respostas ou orientações deverão ser prestados num prazo de até 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

4.1. Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de **R\$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais)**. O Pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA.

4.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em 02 parcelas, sendo a primeira no início da prestação dos serviços e a segunda em 30 (trinta) dias, contados do pagamento da primeira parcela, mediante a entrega da Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados e Relatório das Atividades efetuadas.

4.3. O valor não será reajustado.

4.4. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

4.5- Durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá apresentar as negativas de INSS e FGTS, assim como, outros documentos que forem solicitados para comprovarem o disposto no item anterior, sob pena de suspensão dos pagamentos.

CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros, para o custeio das despesas decorrentes do objeto especificado na Cláusula Primeira, são os constantes no orçamento de **2007** no projeto:

30.01-04.122.0003.2.003.3.3.90 – Manutenção da Administração Geral.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA, será exercida pela CONTRATANTE, através de agente por ela designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

7.1. O Contratado que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 5% sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município.
- d) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

8.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA- DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1.O presente contrato tem início na data de sua assinatura e se estenderá por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por conveniência e interesse da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1.O presente contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral do Contratante se assim exigir o interesse público, nos termos da legislação aplicável;
- II - por inexecução, por parte da Contratada, total ou parcial de seu objeto;
- III - por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio do MUNICIPIO;
- II - As alterações que se fizerem necessárias serão efetuadas através de Termo Aditivo firmado entre as partes;
- III - Os casos omissos neste Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 8.666/93, com suas atualizações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1.Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato, fica eleito o Fórum da Comarca de São Lourenço D'Oeste/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Novo Horizonte/SC, em 19 de Junho de 2007.

Eli Mariott
Prefeito Municipal

MGM Auditória & Consultoria SC Ltda
Contratado